

## DA REVOLUÇÃO CUBANA AO NEOLIBERALISMO: MOVIMENTOS CAMPEVINOS, REFORMA E CONTRARREFORMA AGRÁRIA NA AMÉRICA LATINA (1959-1990)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho desenvolve-se o cotejo entre a atuação de Movimentos campestres no Brasil, Peru e Chile entre as décadas de 1960 e 1990. Inicialmente, tendo como pano de fundo a Revolução cubana de 1959, avalia-se como estes movimentos buscaram aproveitar o clima aparentemente favorável à reforma agrária para, conectados a outros setores sociais buscar sua implementação. Avaliamos também como as respectivas burocracias estatais buscaram dialogar com estes movimentos numa interação entre repressão e cooptação, pelo menos enquanto pareceu existir um consenso em torno da ideia de reforma agrária como um preventivo de revoluções. Num segundo momento, avalia-se a Contrarreforma, que tem como ponto de partida o golpe empresarial-militar desfechado no Chile em 1973, que a médio prazo desencadeou naquele país a implantação do modelo neoliberal. Aqui analisamos como os movimentos camponeses agiram nestas três sociedades em contextos nos quais progressivamente a reforma foi-se tornando uma proposta minoritária.

**Palavras-chave:** Movimentos Campestres; Reforma Agrária; Contrarreforma agrária; América Latina.

FROM CUBAN REVOLUTION TO NEOLIBERALISM: PEASANT MOVEMENTS, AGRARIAN REFORM AND AGRARIAN COUNTERREFORM IN LATIN AMERICA (1959-1990)

**Abstract:** In this work we compare the actions of peasant movements in Brazil, Peru and Chile between the years of 1960 and 1990. Initially, with the 1959 Cuban Revolution as a background, it is evaluated how the movements used the apparently favourable moment to the agrarian reform to make connections to other social segments in an effort to its implementation. It is also evaluated how the respective state bureaucracies perspectives sought to dialogue with these movements in a interaction between cooptation and repression, at least while there seemed to be a consensus around the agrarian reform idea as a prevention for revolution. In a second moment the Counterreform is weighted: it has as a starting point the corporative-military coup held in Chile in 1973, which in a medium term developed in that country the neoliberal model. In here we analyze the way peasant movements have acted in these three societies in contexts in which progressively the reform has become a minority proposition.

**Keywords:** Peasant Movements, Agrarian Reform, Agrarian Counterreform Latin America.

### Introdução

As questões relativas à disputa pela posse e/ou propriedade da terra estão presentes no subcontinente desde o período colonial. No século XIX, Brasil, Peru e Chile, países objeto deste estudo, tiveram que lidar com os problemas relativos à propriedade da terra não apenas decorrentes das lutas entre a população branca, mas também desta contra as populações indígenas e quilombolas.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Email: vvazelesk@gmail.com

Não é nosso objetivo desenvolver uma longa viagem pelos caminhos do combate sobre a terra em nosso continente. Para os limites deste trabalho, temos como marcos cronológicos a revolução cubana, em 1959, e o florescimento do modelo neoliberal, a partir de 1990. O triunfo da Revolução cubana e a consequente realização de uma reforma agrária profunda naquele país, fez com que a maioria dos setores sociais do continente vissem na realização de uma reforma agrária a alternativa viável para seu desenvolvimento, fosse para realizar uma revolução socialista, fosse para impedi-la, tendo a reforma, para estes últimos, um efeito de **vacina contra a Revolução**. Vale lembrar que no início dos anos 1960, nem mesmo dirigentes de entidades brasileiras e chilenas, representativas dos proprietários rurais, ousaram opor-se à reforma agrária, mas contra aquele modelo distributivista, identificado com o fantasmagórico comunismo.<sup>2</sup> O outro marco cronológico, o início da década de 1990, foi momento em que o modelo neoliberal - implantado originalmente no Chile de Pinochet, a partir do golpe empresarial-militar de 1973 - passou a ser adotado em praticamente toda América Latina. A bandeira de reforma agrária que, por um momento, foi consensual em tantas regiões, ficou limitada aos movimentos camponeses, à exceção do Brasil, onde o MST e outros movimentos rurais conseguiram mobilizar não os próprios camponeses mas sim os desempregados das pequenas cidades que buscavam uma alternativa no meio agrário, para a resistência à expulsão das terras que cultivavam, como havia ocorrido em décadas anteriores.

Este estudo é focado nos acontecimentos ocorridos no Brasil, Peru e Chile em uma perspectiva comparativa: partiremos da Revolução Cubana e de suas interações com as conjunturas dos referidos países para então analisarmos o desenvolvimento dos movimentos camponeses nessas três sociedades, dinamizados - nos casos peruano e chileno - pela implementação de leis de reforma agrária e contidos, no caso do Brasil, sob o impacto do golpe militar de 1964, embora o tema

---

<sup>2</sup> Vale salientar, que no Brasil do movimento abolicionista, os que defendiam o fim da escravidão foram muitas vezes estigmatizados como comunistas, já que queriam o “confisco” de uma propriedade, ou seja, o escravo, ainda mais que homens como André Rebouças, sustentavam a necessidade de que fossem cedidas terras aos recém-libertos. (ALONSO, Ângela. **Flores, Votos e Balas**. O Movimento Abolicionista Brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 312).

da redistribuição da terra tenha sido objeto de legislação do primeiro dos governos militares. Observaremos, posteriormente, uma vigorosa contrarreforma agrária no Chile, porém mais progressiva no caso peruano, onde nunca chegou a se completar. Já no Brasil, analisaremos como se tentou substituir a reforma agrária pela colonização e como esse tema volta à cena na abertura política do início dos anos 1980. Avaliaremos, mais tarde, como o modelo neoliberal implantado pela força no Chile desagregou os movimentos camponeses e como esse modelo dialogou com os temas da propriedade agrária no Peru a partir da segunda presidência de Fernando Belaúnde Terry (1980-1985). Embora estejamos falando a respeito de três sociedades muito distintas entre si, buscaremos traçar um perfil acerca de como elas podem ser cotejadas no tocante ao tema agrário e como movimentos camponeses nelas atuantes tiveram de reinventar-se em distintos contextos.

Nossa opção pelo estudo destas três sociedades no continente deve-se ao fato de podermos cotejar situações distintas, mas que tem pontos em comum: No Brasil um movimento camponês em plena ascensão teve sua trajetória interrompida por um golpe empresarial-militar, mas o tema da redistribuição de terra não pôde ser simplesmente ignorado, mesmo nos anos mais duros do regime, já que a proposta de colonização na Amazônia, era ela mesma, uma resposta às demandas por reforma agrária. No Peru a reforma foi feita, primeiro pelo governo eleito de Belaunde Terry e depois por um regime militar nacionalista de esquerda, que procurou dialogar com um movimento camponês que, em parte acolhia suas propostas. Já no Chile a reforma foi feita em marcos democráticos, possibilitando a ascensão de um movimento camponês vigorosamente interrompida pelo golpe empresarial-militar de 1973. O Chile torna-se o laboratório do modelo neoliberal, desagregando o movimento camponês e implantando novas formas de trabalho subordinado no campo, que se desenvolveriam mais profundamente no Brasil e no Peru durante a década de 1980. Nossa hipótese é que as possibilidades de reforma agrária nos países citados foram mais amplas enquanto a ideia pôde ser veiculada como preventivo de uma Revolução. Não realizada no Brasil e parcialmente revertida no Chile ficaria claro ao final dos anos 1970, que a reforma não teria mais este caráter funcional do ponto de vista de setores políticos e econômicos nacionais e internacionais, tornando o tema de aceitação mais reduzida entre os responsáveis

pelas decisões a respeito da questão. Sem o **fantasma da Revolução**, exorcizado mais vigorosamente após o fim da URSS a noção de necessidade da Reforma ficaria mais limitada a um núcleo reduzido da intelectualidade e de Movimentos camponeses.

### **Da revolução cubana à queda de Allende: florescimento dos movimentos camponeses (1959-1973)**

Assim como o século XIX, o século XX também foi marcado por incontáveis conflitos no meio agrário que envolviam a luta pela terra e também as relações de trabalho no meio agrícola. Nas primeiras décadas do século XX, as Amazônias brasileira e peruana foram palco de violentíssimas ações de seringalistas contra populações indígenas e também de relações de trabalho análogas à escravidão em seus seringais. No Peru, ficaram famosos os “crimes do Putumayo”<sup>3</sup>, ou seja, a escravização dos trabalhadores e os ataques contra populações indígenas denunciados pela Sociedade Inglesa contra a Escravidão. No Brasil, a Amazônia foi marcada pela exploração a que foram submetidos os trabalhadores dos seringais do Pará, Amazonas e Acre. Houve também, no período anterior à Revolução de 1930, importantes movimentos messiânicos como Canudos (1893-1897) e Contestado (1912-1916), além das incipientes tentativas de sindicalização forjadas pelo jovem Partido Comunista do Brasil, na década de 1920. No Chile, havia o tema dos povos *mapuches*, localizados ao sul do país, que, em fins do século XIX, perderam grande parte de suas terras na “pacificação” da Araucânea. Depois, tiveram reduzidas as áreas que sobraram, as quais foram cedidas aos colonos europeus. A situação dos cultivadores no Chile central também era de profunda exploração, vivendo em condições extremamente precárias, como demonstraram, a partir dos anos trinta, os esporádicos inspetores de trabalho que visitavam a região. Já no Peru, tivemos a presença de organizações sindicais na costa, que promoveram greves como a do Engenho Casa Grande, em 1912, resultando daí grande quantidade de mortos pela repressão militar. Também houve revolta contra a perda da terra nas comunidades

---

<sup>3</sup> Rio que separa o Peru da Colômbia. (RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Na Selva reina a Lei da Selva: um olhar brasileiro sobre a Amazônia peruana (1821-2009) In: **Fronteiras e Territorialidades: Miradas Sul-americanas da Amazônia a Patagônia**. São Paulo: Intermeios, 2019. v.1, p. 170).

da serra peruana. Observa-se, portanto, que o campo estava muito longe de ser um lugar de paz e harmonia que o cancionero popular do Brasil, por sua vez, vinha louvando por décadas.<sup>4</sup>

A década de 1930 foi um período de mobilização relativamente baixa no meio rural dos três países: A exceção ficaria por conta da revolta ocorrida na cidade chilena de Ranquil, em 1934, na qual camponeses e *mapuches* se rebelaram contando com o apoio do Partido Comunista chileno e pela qual sofreram dura repressão militar. No Brasil, uma tática de mobilização importante seriam as cartas que os rurais escreviam a Vargas. Já no Peru, a *Federación de Yanaconas y Campesinos*, formada em 1922, perdeu o débil impulso inicial e limitou-se a tentativas de organização de encontros regionais.

Entretanto, salientamos que o tema agrário esteve muito presente nas reflexões de intelectuais, ligados ou não ao poder de Estado. No Brasil e no Chile, a sindicalização rural chegou a fazer parte da incipiente legislação trabalhista e, no Peru, produzia-se ampla literatura sobre as populações indígenas, pautada ou não nas reflexões de José Carlos Mariátegui, que pensara tais populações como a provável ponta de lança da revolução que deveria transformar o país em uma sociedade socialista. Lembremos que a baixa mobilização nos três países pode estar ligada tanto aos efeitos econômicos da crise de 1929, que manteria os camponeses mais limitados a lutar pela própria subsistência, como também à repressão vigorosa do Estado, mesmo no Chile, onde se estruturara um sistema de governos eleitos, conservado até a década de 1970.

---

<sup>4</sup> Sobre a Amazônia peruana, consultar *Ibidem*, p. 181. Os conflitos de Canudos e Contestado foram movimentos que se desenvolveram, respectivamente, na Bahia e na divisa do Paraná e Santa Catarina, nos quais os camponeses buscaram manter uma vida comunitária, sendo etiquetados como fanáticos pelos fazendeiros locais e pelos militares, sofrendo, portanto, o peso da violência estatal. Sobre Canudos, consultar MOURA, Clóvis. **Sociologia Política da guerra Camponesa de Canudos**. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 57. Sobre o Movimento do Contestado, consultar MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Unicamp, 2004, p. 153-159. Quanto ao Peru desta mesma época, conferir MAR, José Matos, MEJÍA, José Manuel. **La Reforma Agraria em El Peru**. Lima: IEP, 1980, p. 35-36. Quanto ao tema *Mapuche*, consultar CORRÉA, Martin. **La Reforma Agraria em las Tierras Mapuches (1962-1975)** Santiago: Lom, 2006, p. 23. Ver também BENGOA, José. **Mapuche, Colonos y el Estado nacional**. Santiago: Lom, 2014, p. 35-38. Quanto ao tema do trabalho rural no Chile central destes tempos, mas que em linhas gerais manteve-se até meados da década de 1960, consultar LOVEMAN, Brian. **The Struggle in the Countryside: Politics and Rural labor in Chile: 1919-1973**. Indiana: University Press, 1976, p. 97; OLIVARES, María Angelica Illanes. **Movimiento en la tierra: Luchas campesinas, resistencia patronal y política social agraria. Chile, 1927-1947**. Santiago: Lom, 2019, p. 213-225.

Se a década de 1930 foi a do encolhimento dos movimentos rurais, o final da segunda guerra mundial mostrou a expansão de organizações camponesas no Brasil e no Peru e, em menor medida, no Chile. Neste país, embora a sindicalização rural tenha sido permitida entre 1931 e 1939, as ações da Sociedade Nacional de Agricultura conseguiram bloquear sua implementação, e a lei de 1946, formalmente feita para legalizar a atuação sindical, tornou a sindicalização praticamente inviável, pois excluía os analfabetos da participação destas organizações, além de proibir a formação de federações de camponeses e de que o proprietário rural se transformasse no tesoureiro do sindicato. Além disso, assim como no Brasil, o Partido Comunista foi tornado ilegal em 1948, sendo este partido o principal mobilizador camponês pela sindicalização. Neste sentido, há registros de que mesmo ilegais, militantes continuaram buscando levar noções de direitos ao meio agrário.

No Brasil, assim como no Chile, a sindicalização foi bloqueada pela pressão das entidades de proprietários rurais, tais como a Sociedade Nacional de Agricultura e Sociedade Rural Brasileira sobre a burocracia de Estado, ainda que, no caso brasileiro, um decreto-lei do Estado Novo, de 1944, a permitisse. O Partido Comunista, em um curto período de legalidade (1945-1947), organizou as ligas camponesas com núcleos em Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás e que eram entidades que não se confundiam com os sindicatos, mas que defendiam seus associados, fosse na luta pela terra, fosse na batalha por melhores preços para os produtos agrícolas daqueles que tinham algum acesso à terra. Tal trabalho foi desmontado pela repressão, a partir de 1947, quando o poder judiciário declarou ilegal o PCB, num momento em que o partido crescia em votação, fato que assustava as elites econômicas do país.

No Peru, a Aliança Popular Revolucionaria Americana - APRA, os socialistas e os comunistas conseguiam organizar, em 1947, a *Confederación Campesina del Peru* - CCP. Os apristas vinham, desde a década anterior, tentando apoiar sindicatos na zona açucareira e aproveitavam, neste momento, da primavera democrática do governo de Luiz Bustamante (1945-1948). Entretanto, isso tudo mudou de feição com o golpe militar desfechado pelo general Manuel Odría, em 1948, desagregando a incipiente confederação.

Na década de 1950, no Brasil e no Chile, um outro ator começa a se interessar pela organização dos camponeses: a Igreja Católica. No Chile, os padres apoiaram a greve de La Molina, em 1953, através da organização da *Acción Sindical y Económica* chilena, pela qual pressionaram o governo quando o Arcebispo de Santiago ameaçou promover uma coleta nas missas de domingo em favor dos camponeses grevistas. Tal ação forçou o governo, liderado pelo general Carlos Ibañez, a ameaçar os fazendeiros de enquadramento na Lei de Defesa da Democracia - feita originalmente com o intuito de excluir os comunistas da cena política - caso os proprietários reprimissem os trabalhadores por conta própria (Avendagno, 2017, p. 216). Já no Brasil, a Igreja Católica começava a atuar nos meios agrários pois temia a ação comunista. Mesmo ilegal, o PCB, após tentar fazer de um levante de posseiros em Porecatu (Paraná)<sup>5</sup>, o ponto de partida da Revolução, passaram a atuar dentro da lei, explicando aos camponeses os direitos que já estavam estabelecidos pela legislação trabalhista. No Peru, temos a década dividida em dois momentos: inicialmente a ditadura de Odría, até 1956, que foi um período muito difícil para a organização campesina e, após, com o restabelecimento de um regime liberal a reemergência das greves na costa açucareira e do esforço dos comunistas em apoiar o que se chamava Recuperação, ou seja, a luta de comunidades indígenas que buscavam retomar terras usurpadas por *haciendas* de gado serranas.

No Brasil, durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), as ligas camponesas foram retomadas em Pernambuco com o apoio do deputado estadual Francisco Julião, ocorrendo seu espraiamento para outros estados nordestinos. Como no Chile, o PCB promoveu duas conferências de trabalhadores agrícolas e criou, em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB. Nos dois países, a reforma agrária aparecia como a principal bandeira das conferências sendo, no caso chileno, agregada à reivindicação da devolução das terras *mapuches*.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> No Brasil, posseiro é aquele que utiliza a terra sem ter o título de propriedade, desde que não encontre oposição de ninguém por um determinado número de anos. São históricos, no país, os confrontos entre posseiros e os que falsificam títulos de terras. Sobre o confronto citado, consultar WELCH, Clifford. **A Semente foi Plantada:** As raízes Paulistas do Movimento Sindical Camponês no Brasil (1924-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 136-145.

<sup>6</sup> Sobre a organização de ligas camponesas ao final do Estado Novo no Brasil, consultar *Ibidem*. p. 124. Sobre a formação da *Confederación Campesina del Peru* e a retomada das lutas a partir de 1956,

Em 1958, a adoção da cédula única fornecida pelo Estado e não pelos partidos, representou o início de uma revolução camponesa no Chile, tendo o voto rural passado a interessar à recém-lançada democracia-cristã, que apresentaria candidatura própria, bem como ao Partido Radical, ao Socialista e ao Comunista que, unidos em torno de Salvador Allende, quase venceram a eleição presidencial daquele ano. Dois anos antes, em 1956, o crescimento da mobilização agrária no Peru levou à formação da *Comisión para Reforma Agraria y Vivenda*, cujos trabalhos terminaram quatro anos mais tarde com a apresentação de um projeto que mantinha as estruturas dos complexos açucareiros e algodoeiros e, no Brasil, o PCB intensificou sua ação na ULTAB devido à relativa tolerância do governo JK. Interagindo com os referidos processos internos, a Revolução Cubana levou parte das elites dirigentes do continente a lançar outro olhar sobre o problema agrário, além de levar os interessados em desenvolver movimentos no campo a intensificar suas ações e também levou os setores proprietários a um estado de quase pânico em alguns casos, e de relativa impotência em outros.

Fidel Castro recrutou camponeses para seu exército rebelde e iniciou a reforma agrária em áreas liberadas pela revolução. Quando chega ao poder, em 1959, a realização de uma reforma agrária é uma de suas primeiras medidas: em maio desse ano, terras são expropriadas a proprietários cubanos e estrangeiros. A reação estadunidense não se fez esperar e, em 1961 organizaram um ataque de forças anticomunistas à Baía dos Porcos que culminou na derrota das mesmas. O apoio popular a uma reforma agrária que, embora não tenha transformado o camponês em proprietário - já que, a partir de 1963, boa parte das terras estava enquadrada em cooperativas estatais que, por sua vez, possibilitavam a muitos trabalhadores terem uma vida melhor do que na pré-revolução - fez com que muitos pensassem

---

consultar RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. De la lucha por la tierra a la protección de la Pachamama: los caminos de la Confederación Campesina del Perú (1947-2016). *Polis*, Santiago do Chile, v.47, p. 142-161, 2017a, p. 145-147. Quanto à atuação dos comunistas no Chile neste momento, consultar PERALTA, José (org). **A Desalambra**: Historia de Mapuches e Chilenos em la Lucha por la Tierra. Santiago: Lom, 2006, p. 23. Quanto à organização de ligas camponesas em Pernambuco a partir de 1955, consultar MONTENEGRO, Antonio Torres. **Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução**. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática: Da Democratização de 1945 ao Golpe Civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 245. Quanto à organização da ULTAB (primeira organização camponesa, que se pretendeu nacional no Brasil), consultar COSTA, Luiz Flavio de Carvalho. **Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1996, p. 14.



em alternativas à Revolução Cubana que não se limitassem à repressão pura e dura, embora esta nunca tenha desaparecido do horizonte. Vale lembrar que ao pânico causado pela Revolução cubana somou-se a noção já desenvolvida por economistas ligados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) de que as agriculturas latino-americanas eram ineficientes: não conseguiam abastecer as cidades e em casos como Peru e Chile, também não cumpriam funções como a de gerar divisas externas para atender as necessidades de importar da industrialização.<sup>7</sup>

Em agosto de 1961, realizou-se em Punta del Leste, Uruguai, a conferência que ficou conhecida como Aliança Para o Progresso. No que tange ao tema agrário, incorporava-se às teses aprovadas na referida conferência as formulações de economistas ligados à comissão econômica para a América Latina - CEPAL, no sentido de que fossem realizadas reformas agrárias visando a ampliação do mercado interno para a nascente indústria de cada país. Por outro lado, a reforma agrária ou, pelo menos, a adoção de sua defesa discursiva, teve um claro efeito vacinal contra as revoluções. Fosse o democrata cristão Eduardo Frei na presidência chilena (1964-1970), fosse o general Velasco Alvarado (1968-1975), que liderava o regime militar peruano ou, ainda, alguns intelectuais brasileiros, que defendiam que o Estatuto da Terra não se limitasse à modernização agrícola, mas também buscasse a redistribuição da terra, todos sustentavam que a reforma agrária era a melhor providência para combater as revoluções. José Gomes da Silva, que ajudou a elaborar o Estatuto da Terra e, vinte anos mais tarde, presidiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, lembrava que na Bolívia os camponeses beneficiados pela reforma denunciavam os guerrilheiros de Che Guevara.<sup>8</sup>

As repercussões da revolução cubana e da Conferência de Punta del Leste foram quase imediatas. No Chile, o presidente Jorge Alessandri esteve às voltas com

---

<sup>7</sup> Sobre os limites do setor primário no continente desta época ver por exemplo: FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro, Leia Editora, 1969 p. 121-125. Quanto ao Brasil consultar: PRADO JUNIOR, Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 45-47. No que tange ao Chile ver: ULLOA, Roberto Santana. **Agricultura Chilena em el Siglo XX. Contextos, Actores, Espacios Agrícolas**. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2006, p. 79-82. No que diz respeito ao Peru ver: MAYER, Enrique. **Cuentos Feos de la Reforma Agrária**. Lima: IEP, 2009, p. 28-30.

<sup>8</sup> Sobre a Aliança para o Progresso, consultar PECEQUILLO, Cristina Soriano. **Política externa dos EUA: Continuidade e Mudança**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 215. Quanto ao possível efeito vacinal de uma reforma agrária, consultar SILVA, José Gomes. **A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p. 65.

um terremoto que o levou a buscar auxílio junto à administração Kennedy. Não havia ainda movimentos camponeses de grande vulto, embora os comunistas já tivessem organizado a *Federación Campesina Indígena*, em 1961, mais tarde denominada *Ranquil*. Assim mesmo a administração dos EUA, de acordo com dirigentes da Sociedad Nacional de Agricultura teria condicionado o empréstimo para apoiar a reconstrução da cidade de Valdivia à adoção de uma lei de reforma agrária. Além da condicionante externa, Alessandri enfrentou a perda da maioria no parlamento. Desta maneira, sob dupla pressão, encaminhou um projeto de lei de reforma agrária, que foi aprovado em 1962. Não se estabelecia ainda um limite para o tamanho da propriedade, mas criava-se a possibilidade de expropriação para imóveis mal explorados e abandonados. No ano seguinte, aprovou-se a peça-chave para qualquer reforma agrária: o pagamento das indenizações em títulos da dívida agrária<sup>9</sup>. Foi este, aliás, o nó que o governo João Goulart (1961-1964) não pôde desatar no período anterior ao golpe, mas que foi desfeito mediante emenda constitucional que tornou possível a aprovação do Estatuto da Terra, logo nos primeiros meses do regime militar.

Saliente-se que no caso chileno, inicialmente as terras expropriadas eram oferecidas pelos fazendeiros, que receberiam a indenização em dinheiro, mas os mecanismos possibilitando a atuação de um outro governo que quisesse desapropriar já existiam.

As memórias elaboradas por expropriados chilenos e peruanos costumam atribuir não só à esquerda, mas também aos Estados Unidos a responsabilidade pela perda de suas terras uma vez que os estadunidenses não queriam ver sua agricultura nacional competindo com as latino-americanas, cujo custo de mão-de-obra era muito mais baixo que o vigente ao norte. Entretanto, é preciso lembrar que no Chile e no Peru a mineração era a atividade que mais gerava divisas, diferentemente do Brasil, cujo principal setor exportador era o agrário. Portanto, a ideia de que o setor agrário de ambos países não exportava o suficiente para gerar

---

<sup>9</sup> Referimo-nos a títulos emitidos pelo Estado resgatáveis em um determinado número de anos. O pagamento em dinheiro torna extremamente caro qualquer processo de reforma agrária, além de aumentar as possibilidades de quem queira especular com as terras. Um exemplo disso foi a Venezuela dos anos 1960, onde fazendeiros incentivavam a “autoinvasão”, a fim de receber rápidas indenizações (VEIGA, José Eli. **O Que é Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 35).

divisas nem alimentar suas crescentes metrópoles era quase consensual entre as elites políticas locais.

Na época da reforma agrária chilena não havia movimentos em ascensão nos campos, enquanto no Peru ocorriam greves na costa açucareira, pelas quais eram reivindicadas melhores condições de trabalho e, na serra, comunistas batalhavam pela recuperação das terras tomadas das comunidades pelas *haciendas*.

Até mesmo um aprista como Elías Tácuna rompeu com seu partido e iniciou uma vigorosa luta contra a divisão pecuarista da *Serro de Pasco Company*, importante empresa que explorava minérios na região. Em 1962, tanto a aprista *Federacion Nacional de Campesinos*, como a comunista CCP, sob orientação maoísta, realizaram congressos nacionais, embora não conseguissem coordenar seus esforços além de suas zonas de atuação.

Carlos Monge Salgado mostra a divisão regional dos diversos movimentos que surgiram no Peru, no início dos anos 1960, como em La Convención (departamento de Cuzco). A esquerda predominava e tinha na liderança Hugo Blanco, um jovem trotskista que atraiu a atenção internacional nas recuperações de terras de 1962. Em Puno, a atuação era mais viva por parte do Partido Social-Cristão, a esquerda e o APRA disputavam o controle desde as áreas costeiras como Lima e Lambayeque - abarcando os trabalhadores da cana-de-açúcar - até as comunidades da Serra Central, ao passo que a Ação Popular, do futuro presidente Fernando Belaúnde Terry, controlava a federação do nortista Departamento de Piura, dominando os apristas a federação de Cajamarca. As lutas aconteciam de forma extremamente regionalizada. Talvez no caso aprista isso se deva a sua mudança de postura, pois a partir de sua legalização, em 1956, passou a ter uma atitude extremamente timorata, abandonando o discurso de reforma agrária. Já no caso da CCP, no congresso de 1962 o advogado Saturnino Paredes assume sua direção e o grupo passa a acreditar que só se poderia falar em reforma agrária depois de uma revolução socialista.

O movimento de La Convención inicia-se por uma greve dos arrendatários, que se recusavam a trabalhar nas terras dos patrões e exigiam melhores condições como, por exemplo, um número menor de dias trabalhados gratuitamente, isto é, pelos quais os arrendatários nada recebiam, algo semelhante ao “cambão” brasileiro

ou à *inquilinaje* chilena. A obstinação patronal em tentar resolver o problema através da violência, promovendo a tradicional parceria público-privada entre fazendeiros e policiais, levou os camponeses a se armarem em autodefesa, o que resultou na morte de policiais, de camponeses, na captura do líder Hugo Blanco - que quase foi condenado à morte - e também realização da reforma agrária em La Convención. Os camponeses, na prática, expulsaram os proprietários de suas fazendas tornando inviáveis os negócios. Os militares peruanos, que desfecharam um golpe de Estado em 1962, perceberam rapidamente que era mais fácil legalizar o que já havia sido feito em La Convención, ou seja, as fazendas acabariam nas mãos dos camponeses. Este mesmo grupo militar preparou as bases para uma lei de reforma agrária que o novo presidente a ser eleito, Fernando Belaúnde, deveria encaminhar ao parlamento.

Com a ascensão de Belaúnde Terry, líder da Ação Popular, três medidas foram tomadas: a repressão vigorosa contra camponeses, que ocupavam terras em Pasco e Junín; o discurso de colonização da Amazônia com a ideia de conquista do Peru pelos peruanos através da *Carretera Marginal* (rede de estradas, que cortaria a selva); e o envio de uma lei de reforma agrária ao parlamento que, embora resistente, a aprovou em 1964. A lei, ainda que estabelecesse quarenta trâmites a seguir entre a declaração de expropriação e a adjudicação aos beneficiários, fez com que a reforma agrária não mais pudesse ser etiquetada como subversiva. Os efeitos vacinais da reforma agrária puderam ser vistos em 1965, quando o ex-aprista Luiz de La Puente tentou fazer de La Convención, o ponto de partida para sua revolução. Neste momento, os camponeses, que se haviam beneficiado da reforma, rejeitaram a presença da guerrilha do Movimiento de Izquierda Revolucionaria, uma vez que sabiam que esta poderia atrair uma repressão por parte do governo, como de fato aconteceu.<sup>10</sup> Deste modo, a reforma poderia ser um caminho que preveniria revoluções.

---

<sup>10</sup> Quanto a memórias de expropriação elaboradas pelos proprietários chilenos, que atribuem em parte aos EUA a responsabilidade pela reforma agrária, consultar OVALE, María Angélica, VICUÑA, Angela. **Reforma Agraria Chilena: Testemuños de Sus Protagonistas**. Santiago: Memoriter, 2013, p. 145. Em relação ao mesmo tema para o Peru, consultar OTERO, Luiz Gamarra. **Um Testemuño Personal**. In: BARRANTES, Susana. **A 38 Años de la Reforma Agraria**. Lima: Fundación Herbert Bustamante, 2007, p. 144. Quanto ao crescimento dos movimentos camponeses no início dos anos 1960, consultar SALGADO, Carlos Monge. **Agremiación em el Campo Peruano: Historia de la**

No caso brasileiro, o crescimento de movimentos camponeses no início dos anos 1960 foi extremamente importante. Em 1959, as Ligas Camponesas conseguiram uma vitória histórica quando os moradores do Engenho Galileia, localizado em Vitória de Santo Antão (Pernambuco) - onde se formou a primeira liga - conseguiram sua expropriação, fato que causou estupor ao editorialista do jornal O Estado de São Paulo, fiel porta voz dos terratenentes brasileiros.<sup>11</sup> O Partido Comunista realizou uma conferência da ULTAB neste mesmo ano e, em 1960, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, apoiou a emergência do Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER. No Rio de Janeiro, posseiros resistiam aos despejos. Arrendatários também organizavam suas lutas em São Paulo e em Goiás. Em 1961, realizou-se em Belo Horizonte o Congresso Camponês do Brasil, com a presença do presidente João Goulart.

Embora o PCB originalmente propusesse o que chamavam de medidas parciais, como a regulação de contratos de arrendamentos, a sindicalização dos trabalhadores rurais e a extensão da legislação trabalhista ao campo, o brado de “reforma agrária na lei ou na marra” do deputado estadual Francisco Julião, líder das ligas camponesas aliadas aos sem-terra gaúchos mobilizou o congresso. Daí surge a reivindicação de estabelecer-se um limite, em hectares, a partir do qual as terras pudessem ser expropriadas. Duas semanas antes do golpe militar, um dos últimos atos do presidente Goulart foi decretar a expropriação de fazendas acima de quinhentos hectares situadas às margens de rodovias, ferrovias e açudes federais. O crescimento do movimento parecia irreversível. No Sul, o MASTER realizava acampamentos próximos às fazendas, obtendo desapropriações, sindicatos e ligas camponesas organizavam greves em Pernambuco, enquanto continuavam as lutas de posseiros no Rio de Janeiro. Em 1962, finalmente foi autorizada a sindicalização rural e a Igreja - assim como no Chile, onde Dom Raúl Silva Enríquez, arcebispo de Santiago, apoiava a sindicalização camponesa - ainda que dividida em moderada e

---

Confederación Campesina. Lima: Latin America's Studies Association, 1989, p.7. No que toca ao tema Amazônico durante o governo Belaúnde Terry, consultar RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Op. Cit.* p. 173. Já no que diz respeito à reforma agrária promovida neste governo, consultar MATOS Mar-Mejía, *Op. Cit.* p. 153-156.

<sup>11</sup> No Editorial do Estado de São Paulo se podia ler: “A revolução é assim: a expropriação do Engenho Galileia é só o Primeiro Passo.” AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 32.

reformista, investia na sindicalização, disputando espaço com o MASTER no Sul, com as Ligas camponesas em Pernambuco e com o PCB em outras regiões. Toda essa movimentação levaria à criação, em dezembro de 1963, da Confederação de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, sob direção do comunista e dirigente da ULTAB, Lyndolpho Silva.

Em 1963, João Goulart assinou o Estatuto do Trabalhador Rural por meio do qual os direitos trabalhistas se estenderam ao campo. Entretanto, sem maioria para mudar a constituição, Goulart viu seu projeto de reforma agrária ser bloqueado por um resistente parlamento, que rejeitava limites ao tamanho da propriedade e também o pagamento em títulos da dívida agrária. O café continuava a ser o principal produto de exportação brasileiro, o que legitimava, junto à maioria parlamentar a posição defendida pelos setores terratenentes. O setor proprietário se mobilizou, ganhando o apoio da classe média, porém a tentativa de Goulart em apoiar-se na mobilização popular (o decreto citado foi assinado num enorme comício na Central do Brasil), assustou as camadas médias. Nas ruas, a direita pedia um golpe de Estado saneador e os setores militares, apoiados pelos EUA, mas com suas convicções muito sólidas sobre hierarquia e disciplina social, desfecharam o golpe de Estado.<sup>12</sup>

Se para os representantes de entidades de proprietários, como a Sociedade Rural Brasileira, o golpe deveria marcar o arquivamento da reforma agrária, algo distinto ocorreu: a repressão veio pesada, com intervenção na CONTAG, em federações e em sindicatos e, além disso, as milícias dos proprietários despejaram camponeses e ocorreram também assassinatos e desaparecimentos de dirigentes.

---

<sup>12</sup> Sobre o crescimento das ligas camponesas ver MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática: Da Democratização de 1945 ao Golpe Civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 257. Vale lembrar que um segmento radicalizado das ligas tentou organizar guerrilhas com o apoio de Cuba em 1962. A captura destes membros por oficiais da Marinha levou as cisões dentro das ligas. Cf: ROLEMBERG, Denize. **O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 23. Quanto ao florescimento do MASTER no Rio Grande do Sul, durante o governo Brizola, consultar ECKERT, Cordula. **Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul.** Itaguaí: UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 1984, p. 68. O movimento já sofreu pesada repressão quando Brizola não elegeu seu sucessor em 1962. Quanto ao crescimento do sindicalismo rural no período 1962-1964, consultar WELCH, *Op. Cit.* p. 245. Em relação ao bloqueio do congresso à reforma agrária janguista, consultar FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou Reformas: Alternativas à Crise Política (1961-1964).** São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 123.

Entretanto, três meses depois do golpe, o novo governo militar, liderado pelo Marechal Castello Branco, anunciou a necessidade de uma reforma agrária. Um resistente congresso, já submetido a regras que limitavam seu funcionamento - se o parlamento não votasse um projeto governamental dentro do prazo estipulado, este seria aprovado automaticamente do jeito que o executivo enviara - aprovou o Estatuto da Terra, que era dividido em duas partes: uma voltada para o desenvolvimento agrário, com a eletrificação, tecnificação e a intensificação do uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, à época chamados defensivos agrícolas; a outra era voltada para a desapropriação de terras, aplicando-a principalmente em áreas de tensão social, o que reforçava o caráter vacinal da medida. Não seria, portanto, um projeto global de reforma mas, pela primeira vez, era estabelecido um limite para o tamanho da propriedade (seiscentas vezes o módulo fiscal), média a ser verificada em cada microrregião.

Passado o impacto do golpe, sindicalistas vinculados à Igreja Católica, não atingidos pela repressão, atuaram na oposição à diretoria da CONTAG imposta pelo regime, que mais tarde seria eleita num colégio muito restrito. Em 1967, os opositores aproveitaram o clima de contestação ao regime, mobilizando-se e conquistando a diretoria contagueana, em 1968. Este foi o momento de greves nos canais de Pernambuco e lutas de arrendatários para permanecer em terras que cultivavam, em São Paulo.

Contudo, o regime militar endureceu ao fim daquele ano após o Ato Institucional nº 5, que ficou conhecido como o “golpe dentro do golpe”, restringindo sobremodo a atuação dos sindicalistas e de qualquer forma de oposição. Quanto à reforma agrária, a partir do segundo governo militar, liderado pelo marechal Costa e Silva, o discurso em torno dela é abandonado em favor da tecnificação rural. É certo que em 1969 foi assinado o Ato Institucional nº 9, sob pressão do ministro do interior, general Albuquerque Lima, que tornara muito mais fácil a expropriação. Contudo, o referido ato não chegou a ser aplicado. Com a morte do presidente e o impedimento do vice Pedro Aleixo, assumiu o general Emílio Médici, por meio de um novo golpe militar, em candidatura única, referendada pelo Congresso Nacional. Neste governo, a reforma agrária foi substituída, no discurso oficial, pela colonização na Amazônia. Getúlio Vargas já havia feito, nos anos trinta, o discurso da Marcha

para o Oeste, proposta atualizada no governo Médici no sentido de levar milhares de sulistas sem-terra e nordestinos acossados pela seca para a Amazônia a fim de colonizar as margens das enormes rodovias projetadas. Os resultados foram rápidos e, já em 1971, D. Pedro Casaldaglia, bispo de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, denunciava as violências contra os posseiros que não se limitaram à Amazônia, uma vez que havia conflitos por terras em qualquer região do país sempre que se anunciava um projeto estatal; bastava a notícia da construção de uma estrada ou de uma hidrelétrica para que aparecessem policiais e falsos proprietários de terra, pressionando pela saída dos camponeses.

O movimento camponês organizado da CONTAG adotou uma estratégia, contestada mais tarde, mas que serviu para manter a luta pela terra na pauta política que consistia em ofícios e memoriais que solicitavam a reforma ao presidente e em advogados que acionavam a justiça para que as pessoas que corriam risco de expulsão das terras que cultivavam fossem nelas mantidas. Entretanto, o regime militar não descuidou da repressão, sempre contando com o auxílio de milícias particulares, e pensou num outro papel para os sindicatos: difundir a aposentadoria no meio agrário, a partir de 1971. Tal papel seria desempenhado por meio da criação do FUNRURAL- Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural e os sindicatos funcionariam como agências da previdência social, fazendo o encaminhamento dos pedidos de aposentadoria de trabalhadores. Isso acabou colaborando para a difusão do sindicalismo em inúmeros pontos do país.

A repressão intensificou-se a partir de 1972, quando o Partido Comunista do Brasil, cisão maoísta do PCB, procurou fazer do sul do Pará o ponto de partida para a revolução. Não só os guerrilheiros foram derrotados, mas também os posseiros, já que os responsáveis pela segurança passaram a considerar a presença dos capatazes e milícias dos grandes empresários de São Paulo e do sul do país uma vacina muito mais eficaz contra a revolução. Em 1973, no auge da repressão, a CONTAG realizou seu segundo Congresso (o primeiro fora em 1966), tendo o governo, contudo, tentado impedir discussões sobre a reforma agrária, porém sem sucesso. Foram feitos questionamentos à colonização, sob o lema de “reforma agrária onde o homem



está”. De todo modo, a contrarreforma agrária, a partir de 1970, já era uma realidade difícil de ser combatida no Brasil.<sup>13</sup>

Enquanto o regime militar no Brasil radicalizava e abandonava o discurso da reforma agrária, no Peru ocorreu exatamente o oposto. Em outubro de 1968, um golpe militar depôs o presidente Belaúnde Terry. Vale lembrar que, embora o governo Belaúnde lentamente tenha assentado quinze mil famílias em quatro anos e feito um levantamento importante das áreas a serem expropriadas, nove meses depois do golpe, o regime velasquista decretava a reforma agrária profunda, isto é, impunha limites acerca do tamanho das fazendas, a partir dos quais a terra poderia ser expropriada tanto na costa quanto na serra, além de articular, em uma mesma entidade, a *Sociedad Agrícola de Interesse Social*, e fazendas e comunidades lindeiras na serra, criando as cooperativas de produção na costa. Como a Amazônia brasileira, a peruana estava sendo pensada para a colonização, embora, pela primeira vez na história do Peru, as comunidades selváticas tenham tido direito ao título coletivo de suas terras.<sup>14</sup>

A ocorrência fática da reforma agrária deixou a direção do movimento campesino perplexa pois não entendiam como justamente um governo militar levaria tal reforma a cabo. Mas se a CCP, ainda sob direção do maoísta Saturnino Paredes, desqualificava a reforma - já que os camponeses pagariam pela terra -, bases em Piura, Cajamarca, Lambayeque e, mais tarde, em Apurímac, passaram a

---

<sup>13</sup> Sobre o Estatuto da Terra, consultar SILVA, José Gomes da. *Op. Cit.* p. 165. Quanto à reorganização da CONTAG a partir de 1968, consultar TAVARES, Ricardo. **CONTAG: da Ditadura à Transição.** Memória Social e Construção Política do Campesinato. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutorado, 1992, p. 34-37. Quanto à estratégia contagueana durante o regime militar CF: MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. **História dos Movimentos Sociais no Campo.** Petrópolis: Vozes, 1989, p. 143. Em relação à Amazônia, consultar YANNI, Octávio. **Colonização e Contrarreforma Agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979, p. 65. Para o autor ocorreu no início dos anos 1970 uma disputa intraburocrática, onde membros do Instituto de Colonização defendiam uma colonização com pequenos proprietários enquanto os da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia sustentaram sua realização com gente já capitalizada em condições de realizar altos investimentos, prevalecendo esta posição.

<sup>14</sup> Vale lembrar que, oficialmente desde o período da conquista passando por todo século XIX tinham suas terras consideradas como vazias e, portanto, não cabia às comunidades, distintamente das serranas, sequer o direito de reivindicar suas terras. Esta situação só começou a mudar em 1957, com a concessão de títulos individuais de terras durante o governo do presidente Manuel Prado (1956-1962) e a partir de 1974 foram tituladas as terras coletivamente. (RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Na Selva reina a Lei da Selva: um olhar brasileiro sobre a Amazônia peruana (1821-2009) *In*: ROMANI, Carlos; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno. **Fronteiras e Territorialidades: Miradas Sul-americanas da Amazônia a Patagônia.** São Paulo: Intermeios. v.1, p. 167-186, 2019, p. 180).

ocupar terras, visando acelerar o processo de reforma. Houve lutas épicas como a dos trabalhadores da fazenda Huando, localizada em Huaral, que após uma longa greve obtiveram a posse da terra.

Entretanto, a organização feita pelo Estado logo encontraria barreiras importantes na costa pois os camponeses beneficiários se sentiam muito mais como assalariados de um “Estado Patrão” e questionavam a ação dos técnicos. Ainda, em muitos casos, desejavam produzir apenas para subsistência. Havia aqueles que acreditavam que o patrão não trabalhava e pouco se dedicavam mas, como Mejía demonstrou, as políticas de preços dos governos foram tendencialmente desfavoráveis já que a agricultura fora pensada como fornecedora de gêneros baratos para os trabalhadores da indústria. Na serra a “união” entre comunidades e *haciendas* foi extremamente complicada. Os *comuneros* não viram vantagem alguma já que encontraram a mesma dificuldade que tinham nos tempos dos patrões, pois não podiam utilizar a pastagem das antigas áreas das fazendas para seu gado. Daí resultariam lutas pela terra em Cuzco (1976) e em Puno (1985), onde membros de comunidades buscaram reaver suas terras das organizações cooperativas.

Outro problema importante seria a questão da segurança tendo em vista que sem os fazendeiros, que agora eram comerciantes, multiplicou-se o roubo de gado em áreas como Cajamarca, havendo suspeitas de que, em certos casos, os antigos terratenentes estivessem em conluio com os ladrões e com os setores policiais. Deste modo, os camponeses organizaram rondas campesinas, que passaram a ter um importante papel em muitas comunidades serranas, num primeiro momento contra ladrões de gado, mas depois contra o movimento armado *Sendero Luminoso* e atualmente contra as mineradoras.

Em 1976, o governo do general Morales Bermúdez, que depusera Velasco em um golpe de Estado ocorrido no ano anterior, anunciou o fim do processo de reforma agrária cujo resultado foi a adjudicação de nove milhões de hectares, que veio a beneficiar trezentas mil famílias, restando cerca de três milhões de hectares a serem entregues aos camponeses. Entretanto, suas condições de vida não melhoraram, já que sua produção era penalizada e vendida a preços muito baixos no mercado interno. Quando o governo militar tentou cobrar a dívida agrária, cresceram as mobilizações campesinas, inclusive com a participação da *Confederación Nacional*

*Agraria* -CNA, organização que o regime havia criado em 1974 e que congregava os beneficiários da reforma para oporem-se à CCP que, por sua vez, sofreu importante cisão em 1973, quando o grupo maoísta de Saturnino Paredes perdeu espaço para o grupo que era comandado por Andrés Luna Vargas. Este setor, embora crítico do velasquismo, entendia que a reforma significava um primeiro passo para o camponês. Ao longo do tempo, a CCP-Luna Vargas prevaleceu como hegemônica no movimento campesino.<sup>15</sup>

Enquanto no Peru Belaúnde conseguia aprovar a lei de reforma agrária, no Chile Eduardo Frei vencia a eleição de 1964 contra a terceira candidatura de Salvador Allende, já conhecido líder socialista. Seu lema era “revolução em liberdade” e a reforma agrária aparecia aqui com aquele caráter preventivo de revoluções que viemos analisando.

No período 1964-1967, o governo procurou aproveitar a lei vigente para realizar expropriações. Os comunistas conseguiram organizar sindicatos em Coquimbo e a Democracia Cristã, com vigoroso apoio da Igreja católica, também se articulava no meio agrário. Em 1967, foram aprovadas a lei de sindicalização campesina, que acabava com as barreiras à participação de analfabetos e a lei da reforma agrária. Esta última determinava em oitenta hectares de irrigação básica o tamanho da propriedade a partir do qual se poderia expropriar as terras. Fazendas menores que estas poderiam ser expropriadas, caso mal exploradas. Esta medida seria estabelecida a partir de um hectare físico em torno de Santiago, mais precisamente do Rio mapocho e adaptada a cada região, podendo valer quatro hectares no sul do país.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Em relação à reforma agrária peruana há uma extensa bibliografia. Observe uma visão muito crítica ao processo em MAYER, Enrique. **Cuentos Feos de la Reforma Agrária**. Lima: IEP, 2009, p. 115-119. Em relação ao sistema cooperativista adotado, consultar DI LA GALLA, Angel Fernández. La Reforma Agraria no Fracasa, tanpoco lós Campesinos: Lo que Fracasa son lās Cooperativas. In: Bonfiglio, Geovani (org). **Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias em el Perú**. Chiclaio: Solidaridad, 1985, p. 137-145). No que toca às rondas campesinas, consultar RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Justiça, Resistência e Mobilização: Autodefesa da comunidade nas rondas campesinas peruanas (1976-2012) In: SECRETO, Maria Veronica, RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. **Agrarismos: Estudos de História e Sociologia do Mundo Rural Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 47-66 2017b, p. 57. Quanto aos movimentos campesinos durante a reforma agrária, consultar Vanderlei Vazelesk. De la lucha por la tierra a la protección de la Pachamama: los caminos de la Confederación Campesina del Perú (1947-2016). **Polis**, Santiago do Chile, v.47, p. 142-161, 2017a, p. 154.

<sup>16</sup> Ver Lei 16640, tabela ao final do texto.

O efeito combinado da sindicalização no campo e da reforma agrária foi essencial para as mobilizações rurais. Talvez José Bengoa exagere ao falar de uma revolta campesina se pensarmos em uma ação coordenada, mas o fato é que as organizações proliferaram em todo país. Socialistas e comunistas organizaram a *Ranquil*, que atuava em muitas zonas do território, a Democracia Cristã estruturou o *Triunfo Campesino*, outros setores da igreja católica, a *Confederación Libertad* e, um braço do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) criou o *Movimiento Campesino Revolucionario* e assim como no Brasil do pré-golpe, estas organizações disputavam o apoio camponês. Já em 1968, greves e ocupações de terra ocorriam em várias partes do Chile Central, motivando os fazendeiros a reagir por meio das “*retomas*”, expulsando os trabalhadores rebeldes.

Das ocupações, muitas vezes resultaram intervenções, que significaram, em alguns momentos, a expropriação das terras. As memórias dos proprietários expropriados são, em muitos casos, mais críticas em relação a Eduardo Frei do que a Salvador Allende. Frei venceu com o apoio do setor terratenente, mas a reforma foi bem mais longe do que os fazendeiros poderiam imaginar, uma vez que concebida para a criação de assentamentos, que seriam uma fase transitória para a que antecedia a entrega do lote ao pequeno parceleiro. Entretanto, o processo de individualização demorou pelo menos três anos e, com a ascensão de Allende, a fórmula mais aceita entre os membros da unidade popular era a cooperativa em moldes coletivistas. Para José Bengoa, a maioria do campesinato desejava a terra em propriedade individual, e o fato de que esta tenha sido coletiva no período reformista, pode ter colaborado para alienar apoio ao governo Allende. Analisando o caso peruano, Enrique Mayer também chega a mesma conclusão, mas é preciso lembrar que no início dos anos 1960, o modelo cooperativo era visto como ideal, uma vez que se pensava que o camponês titular de um pequeno lote não poderia competir num mercado oligopolizado. O modelo cooperativo também estava previsto na legislação cubana de Fidel Castro, e no Estatuto da Terra brasileiro, considerado, em todos estes casos, como o mais adequado para a reforma.

Em 1970, finalmente a gente de Salvador Allende chega ao poder. Seria a possibilidade da via democrática ao socialismo? Para os limites deste trabalho recordemos que os *mapuches* de regiões como Temuco buscaram agarrar o seu

momento e recuperar as terras pelas quais lutaram décadas a fio, tendo encontrado no sul, porém, proprietários muito presentes em suas terras como os descendentes de suíços, franceses e alemães. Os confrontos então explodiram, e o ministro Jacques Chonchol expropriou terras na região, atendendo a uma reivindicação histórica.

A imagem após três anos de governo Allende é a de um campo desordenado pelas ocupações de terra. Bengoa mostra que havia sim áreas bem administradas nos assentamentos. O governo procurou atender também àqueles que não estavam registrados na *hacienda*, os chamados *afuerinos*, que deveriam ser incorporados aos Centros de Reforma Agrária. Nos três países que estamos estudando, as leis foram pensadas para os trabalhadores que estavam na terra e não para os “eventuais” do Peru e os sem-terra do Brasil. Assim como no Peru, os sem-terra chilenos seriam base importante das ocupações.

A reação proprietária coordenada à campanha de desestabilização financiada pelo governo dos EUA, em parceria com a elite chilena, retirava do Estado recursos que eram destinados à agricultura. Deste modo, os órgãos estatais da agricultura paralisaram-se, não podendo desempenhar suas funções.

Antes mesmo do golpe de 1973, a repressão nas zonas *mapuches* (Maleco e Temuco) já era vigorosa, ocorrendo o assassinato de dirigentes camponeses. Quando o golpe se cristalizou em 11 de setembro, o trabalho de desagregar o movimento camponês foi relativamente fácil. A tarefa da reorganização foi mais difícil nascendo, então, a contrarreforma. O exemplo chileno, juntamente com o brasileiro mostraria a médio prazo que a reforma agrária não era mais a vacina ideal contra a Revolução.<sup>17</sup>

### **Da contrarreforma agrária à consolidação do neoliberalismo: crise e perspectivas dos movimentos camponeses (1973-1990)**

Se a revolução cubana pode ser identificada como um momento em que a ideia de reforma agrária pareceu consensual no continente - excluindo setores mais

---

<sup>17</sup> Sobre as lutas nas zonas de amplo contingente *mapuche*, consultar PERALTA, José, *Op. Cit.* p. 89. Quanto ao tema dos assentamentos, consultar BENGUA, José. **Reforma Agraria y Revuelta Campesina**. Santiago de Chile: Lom, 2016, p. 76. Quanto à desestabilização do governo chileno, consultar WIN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Unesp, 2010, p. 98.

radicais entre os terratenentes - o golpe no Chile pode ser visto como um momento em que tal consenso começa a se desintegrar. Como vimos no Brasil, a saída Amazônica parecia um caminho para evitar a reforma, mas o impacto do golpe chileno e de seus desdobramentos pode ter cristalizado a noção de que ela não era mais necessária mesmo entre os setores de elite política que, em algum momento aceitaram a necessidade de uma redistribuição da terra.

É verdade que durante a terceira presidência de Juan Perón (1973-1974), Horacio Gibert, ministro da agricultura, propôs uma alta taxação das terras não cultivadas para forçar um processo de divisão das propriedades<sup>18</sup> e, como veremos, no Brasil, a bandeira da reforma retornou ainda no regime militar. Entretanto, falando em termos de tendência, os partidários da ideia de uma reforma agrária, seja para conter revoluções, seja para ampliar um mercado interno, diminuiriam.

No Chile, a parceria público-privada aconteceu fortemente nas primeiras horas da repressão. Juan René Moreno, neto de um desaparecido político, observa que mais do que recuperar a propriedade do solo, a mentalidade autoritária dos proprietários precisava demonstrar seu poder e a impossibilidade de o camponês contestá-lo. Formalmente, entidades como a Ranquil não foram fechadas. Centenas de dirigentes campesinos desapareceram nas mãos da repressão que aterrorizava todo o setor que se engajara na reforma. O decreto-lei 208, em linhas gerais, buscou destruir os assentamentos, entregando terras aos camponeses individualmente. Menos de um terço das áreas foi devolvido aos antigos proprietários. Nas zonas *mapuches*, por exemplo, às vezes a propriedade era confiscada aos beneficiários da reforma e entregue a favoritos do regime. Além disso, quem fosse acusado de apoiar o governo anterior não tinha direito à parcela da reforma agrária.

Quando recebia seu lote, o camponês não tinha acesso a crédito, adubo ou qualquer forma de apoio do estado. Assim, áreas vitivinícolas desenvolveram-se à custa das pequenas parcelas vendidas a preços ínfimos.

Alicia Muñoz, atual dirigente da Associação de Mulheres Rurais, me explicou que, num primeiro momento, o esforço dos movimentos campesinos era buscar os desaparecidos contando com o apoio da Igreja Católica, através do vicariato da

---

<sup>18</sup> Ver: LATUADA, Mario. **Política Agraria peronista**. Buenos Aires, Ceal, Tomo 2, 1986, p. 64.

*solidariedad*. A partir de 1977, organiza-se o Festival do Canto Campesino, com o apoio da rádio da Igreja Católica.

A Ranquil, mesmo fechada, e seus antigos dirigentes apostaram, a partir de 1979, numa pequena brecha deixada pelo regime: a nova lei trabalhista a qual permitia a sindicalização, desde que feita dentro de cada empresa. O trabalho nestes anos começava a ficar cada vez mais feminino face ao início da exportação de frutas para os EUA, tendo em vista que as mulheres eram consideradas mais hábeis para embalar os frutos. Os sindicatos funcionariam sob estrita vigilância, mas foi a partir daqui que se tentaria atuar.

Enquanto no Chile vivia-se o período mais pesado da ditadura, no Peru, o golpe militar de 1975, que derrubou Velasco Alvarado, trouxe perspectivas difíceis para o movimento camponês. A repressão aos campesinos se intensificava, inclusive sobre dirigentes da Confederação Oficial e, mais ainda, sobre as ocupações de terra. O governo tentou cobrar a dívida dos beneficiários da reforma ao mesmo tempo que restringia o crédito e limitava os preços dos bens agrícolas. A resposta campesina expressou-se no apoio a duas greves gerais, uma em 1977 e a outra em 1978. O governo respondeu com a demissão de milhares de dirigentes sindicais, inclusive de cooperativas agrárias e, em 1978, tornou ilegal a confederação que tinha sido formada pelo regime. Contudo, convocou eleições para uma assembleia constituinte em 1978 e presidenciais em 1980. A nova constituição, que teve entre seus redatores representantes das confederações campesina e agrária, manteve a reforma agrária executada pelo velasquismo, mas o panorama se tornaria mais difícil no momento seguinte.

Enquanto no Peru a experiência velasquista era questionada, no Brasil, sob lenta distensão do general Geisel, a CONTAG e o sistema sindical à ela ligado seguiam a linha legalista, fato que não impediu a repressão. Na Amazônia nascia a Comissão Pastoral da Terra - CPT, que constituiria o embrião do Movimento dos Sem Terra (MST).

Em 1975, embora pedisse a aplicação do Estatuto da Terra, a CPT buscou apoiar posseiros que perdiam suas áreas na Amazônia e no centro-oeste. A Igreja Católica, cada vez mais distanciada do regime, inclusive devido à aprovação do divórcio em 1977, viu a sua relação com a oposição crescer. Isso se mostrou muito

claro no caso do Acre, onde a partir de 1975, passou a apoiar os “empates”, ou seja, a luta para dificultar a destruição de seringueiras e castanheiras por motosserras impedindo, portanto, que as áreas devastadas fossem transformadas em pastos e, para isso, contavam com o apoio do Bispo de Rio Branco e de líderes como Wilson Pinheiro e Chico Mendes.

Em 1979, a CONTAG realizou o seu 3º congresso no qual a linha legalista foi contestada e, sob influência da CPT, foi aceita a ocupação de terras como meio válido para sua obtenção. Mais ainda, foi exigido que o limite da expropriação fosse calculado em hectares e não em complicados módulos fiscais. Neste mesmo ano, dois acontecimentos deram o tom do renascimento camponês: a greve de 1979, em Pernambuco, que buscou cumprir rigorosamente os limites da lei de greve; e as primeiras ocupações promovidas pelos sem-terra no Sul, que não mais queriam ouvir falar em longas marchas para a Amazônia. As memórias do MST ainda hoje consideram este o momento de sua origem.<sup>19</sup>

A década de 1980 pode ser chamada a década da ascensão do neoliberalismo. As vitórias de Ronald Reagan nos EUA e Margareth Thatcher na Inglaterra demonstravam o questionamento ao estado do bem-estar social. Na América Latina, o Chile de Pinochet foi um autêntico laboratório destas políticas, que embora fossem associadas discursivamente à democracia, foram aplicadas em tempos de rigorosa ditadura na qual ocorreram privatizações, corte de direitos trabalhistas e uma abertura comercial que prejudicava inclusive os proprietários de terra, que tanto fizeram pelo golpe. A partir do início dos anos 1980, passa-se a adotar uma política favorável à exportação de frutas, aproveitando a contraestação, pois o Chile

---

<sup>19</sup> Sobre a repressão no campo chileno no imediato pós-golpe, consultar MORENO, Juan René Maureira. **Enfrentar com la Vida a La Muerte**: Historia y Memorias de la Violencia y el terrorismo de Estado em Paine. Santiago: tesis de Licenciatura em história, 2009, p. 35. Sobre a reorganização do campesinato nos anos críticos da ditadura, MUÑOZ, Alicia. **Entrevista inédita ao autor**. Santiago do Chile, 10 de julho de 2017. Quanto aos movimentos camponeses no Peru dos anos de Morales Bermúdez, consultar Vanderlei Vazelesk. Justiça, Resistência e Mobilização: Autodefesa da comunidade nas rondas campesinas peruanas (1976-2012) *In*: SECRETO, Maria Veronica, RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. **Agrarismos: Estudos de História e Sociologia do Mundo Rural Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 47-66 2017b, p. 63. Em relação à formação da CPT, consultar MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical**: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. São Paulo: USP, tese de doutorado, 2008, p. 116-132. Em relação à greve de Pernambuco e às primeiras ocupações do sul do país, consultar MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 135-138.



exportaria frutas para o inverno europeu e estadunidense. Quanto aos movimentos campesinos, organizaram-se inicialmente na *Comisión Nacional Campesina*, apoiada pela Igreja católica. Posteriormente, cada partido político (DC, Partido Socialista e Partido Comunista) teve sua confederação, não obstante serem todas extremamente débeis. A crise econômica de 1982 provocou o ressurgimento da oposição e de incontáveis manifestações contra a ditadura, seguida de pesada repressão.

Mas o modelo que privatizara saúde, educação e previdência seguiu firme, com forte apoio dos altos e médios setores. Após o fracasso de um ataque armado contra o ditador Augusto Pinochet, em 1986, a oposição aproveitou uma abertura do próprio regime e apostou num plebiscito que, em 1988, decidiria se o general permaneceria mais oito anos na presidência. A maioria do povo votou pelo não, e Patricio Aylwin, um democrata-cristão que apoiou o golpe, venceu as eleições presidenciais de 1989.<sup>20</sup> Quanto aos movimentos campesinos, Alicia me lembra da necessidade de que pautas e atas de convocação para reuniões fossem forjadas nos anos 1980. Também recorda que o trabalho era cada vez mais feminino, mas que as condições para desempenhá-lo eram duríssimas e de que foi necessário criar uma entidade própria para as mulheres, visto que as confederações tradicionais se punham excessivamente tímidas e não consideravam temas relativos às suas especificidades como, por exemplo, a necessidade de banheiros femininos ou de creches. O Chile era o país do modelo neoliberal, não havendo neste preocupações sociais.

No Peru, Belaúnde Terry voltava, após 12 anos ao palácio Pizarro. Buscou introduzir medidas neoliberais a partir do decreto legislativo nº 2, como a abertura da Amazônia para imensas concessões a estrangeiros, a transferência a grandes proprietários das terras expropriadas, mas não adjudicadas, além de nenhum crédito para as cooperativas, preços muito baixos e liberação da importação de alimentos o que fez aumentar a concorrência com a produção local. Contudo, a

---

<sup>20</sup> Vale salientar que a partir de 1978 o regime pinochetista dividiu terras comunais mapuches em lotes individuais, apesar da resistência de setores destas comunidades. Posteriormente subsidiou setores que aceitaram esta subdivisão, obtendo como resulta vitória importante no plebiscito de 1988 na região araucana e uma votação expressiva nas eleições do ano seguinte. Ver: (BENGOA, José. **Mapuche, Colonos y el Estado nacional**. Santiago: Lom, 2014, p. 235).

abertura teve de ser detida tendo em vista as lutas travadas não só pelas organizações campesinas (CCP e CNA), mas pela mobilização de médios e grandes proprietários. A CCP-Luna Vargas<sup>21</sup> se destacou como uma entidade fundamental nos *paros* agrários, que no Peru significam cortes de estradas, bloqueios de rios na Amazônia e protestos de rua. Entretanto, os dirigentes viram-se espremidos entre militares e paramilitares e o *Sendero Luminoso*, movimento maoísta, fundamentalista, que buscava varrer o campo de tudo que não fosse *senderismo*, inclusive de militantes de esquerda, chamados revisionistas.<sup>22</sup> Embora a CCP diferenciasse as rondas por ela estimuladas das que combatiam o *senderismo* na serra e na selva, objetivamente as organizações de Cajamarca e Piura contribuíram para impedir a presença do *Sendero*, já que a segurança oferecida pela organização Sendero já era fornecida por elas a um custo bem mais baixo, visto que as ações das rondas não objetivavam matar os delinquentes, mas reintegrá-los à comunidade.

No Peru, as estruturas agrárias montadas pelo velasquismo foram se desagregando nos anos 1980, na forma de parcelamento das terras das cooperativas costeiras para que aquelas não fossem perdidas por causa das dívidas com os bancos. Também, as sociedades de Interesse Social, que agregaram comunidades e *haciendas* na serra foram, em boa parte, desintegradas no governo de Alán Garcia (1985-1990) sob impacto de ações do *Sendero* em Cuzco ou das ocupações de terra em Puno. Durante o governo de Alán Garcia, o Peru alcançou uma inflação de quatro dígitos e a violência do Estado e do *Sendero Luminoso* que, partindo da serra, chegou a zonas selváticas e, em menor medida, a violência do *Movimiento Revolucionario Tupac Amarú*<sup>23</sup>, tornavam a vida do campesino difícil. Tais fatores somados à

---

<sup>21</sup> Referência a organização liderada por Andrés Luna Vargas, que entre 1985 e 1990 exerceu o mandato de senador. Esta organização, vinculada à *Vanguardia Revolucionaria*, prevaleceu na disputa com outras duas organizações que tiveram o mesmo nome originada de violentos incidentes ocorridos no frustrado IV Congresso de 1973, a CCP, liderada por Saturnino Paredes, vinculada aos maoístas de Vandra Roja e o grupo vinculado à Estrella Roja, que nos deixou poucos vestígios. (RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Op. Cit.*, p. 156).

<sup>22</sup> O Movimento armado Sendero Luminoso, liderado pelo professor de filosofia Abmael Gusmán intitulava-se continuador autêntico de José Carlos mariátegui. A ideia seria partir do campo para as cidades, onde a luta seria complementar. Sua atuação no meio agrário foi extremamente violenta, levando a resistência de inexpressivos contingentes do campesinato contra esta organização. Sua derrota deu-se mais pela viva resistência camponesa, do que pela dura repressão. Ver: DE GREGORI, Carlos Iván. **Rondas Campesinas y Derrota de Sendero**. Lima: IEP, 1996, p. 127-135.

<sup>23</sup> O Movimento Revolucionario Tupac Amarú nasceu em 1982, sob inspiração da Revolução cubana. Embora tivesse objetivos, em princípio defensivos, (reagir a um golpe, caso a esquerda chegasse ao

divisão da esquerda levaram à ascensão de Mario Vargas Lloza, um consagrado romancista, e do desconhecido engenheiro agrônomo Alberto Fujimori, que disputaram o segundo turno das eleições de 1990. Vargas anunciou o pacote neoliberal e perdeu as eleições. Fujimori, por sua vez, aplicou o pacote.

O Brasil não chegou a viver vigorosos influxos neoliberais na primeira metade da década de 1980. Com uma inflação que também chegou aos quatro dígitos no final da década, os protestos rurais pipocaram pelo país. No Sul, as ocupações apoiadas pela CPT avançaram para Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. A CONTAG manteve seu modelo de greve, mas tinha muitas dificuldades para obter o cumprimento do acordado. No Sul e no Nordeste houve protestos contra a expulsão de camponeses para a construção de hidrelétricas, nos quais era reivindicada a terra ao invés das magérrimas indenizações oficiais. No Acre, os empates continuaram, apesar do assassinato de Wilson Pinheiro (1980) e, mais tarde, de Chico Mendes (1988).

Em 1984, o MST foi fundado e realizou seu primeiro encontro nacional e muito inspirado na teologia da libertação, falava claramente em uma sociedade socialista. Com a ascensão de José Sarney à presidência da República, estruturou-se a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária. Neste momento, a divisão entre os membros da CONTAG e do MST, já esboçada desde o fim dos anos 1970, cristalizou-se pois, enquanto os contagueanos jogaram suas fichas na proposta que priorizava a desapropriação e defendia o confisco de terras de títulos duvidosos, o MST afirmava que terra não se ganhava mas sim, se conquistava e, por isso, intensificou as ocupações. No quarto Congresso dos Trabalhadores Rurais, a CONTAG aprovou a reforma mas, sob pressão do MST, afirmou a necessidade de uma nova lei agrária. A proposta foi bombardeada de dentro e de fora do governo Sarney: a classe patronal reagiu pressionando a burocracia de Estado e criando a União Democrática Ruralista que legitimava a ação de milícias particulares, bem como os assassinatos seletivos de padres, advogados e sindicalistas, ao fazer o discurso

---

poder), desencadeou a luta armada a partir de 1984, confrontando o Estado, mas também contra o Sendero Luminoso. Sua atividade termina após a invasão à embaixada do Japão em 1997, sob impacto da morte de muitos quadros. (RÉMIQUE, José Luiz. **La Batalla por Puno**: Conflicto y Nación em Los Andes. Lima: Seps-Sur, 2004, p. 65).

fundamentalista da defesa da propriedade privada. Os líderes da CONTAG, capitaneados por José Francisco da Silva, buscaram batalhar pela reforma na Assembleia Nacional Constituinte, mas foram derrotados e, enquanto isso, o MST passou a ocupar terras em diversos estados brasileiros, tornando realidade o referido plano da reforma agrária já que cerca de noventa mil famílias foram assentadas no governo Sarney por conta das ocupações. Contudo, se o MST se espalhou por vários estados, tendo realizado oitenta ocupações, no ano de 1989, sob o influxo da campanha presidencial de Lula, a vitória de Collor foi o anticlímax e o neoliberalismo cantado na defesa de privatizações, havia chegado ao Brasil.<sup>24</sup>

### **Conclusão: novos caminhos?**

A partir da década de 1990, os três países se encontraram no caminho neoliberal. No Chile, em que pese o restabelecimento de governos eleitos, foi mantida a estrutura de exportação de cobre, frutas e produtos florestais - estes arrancados das terras *mapuches* que, por sua vez, retomaram sua luta, reivindicando terras e território, com línguas e costumes. As entidades de camponeses continuaram fragmentadas e a crescente feminização do trabalho levou as mulheres a criar sua própria organização: a *Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas*.

No Peru, Fujimori desencadeou o programa neoliberal, facilitado por um golpe de Estado em 1992. Também aqui, o trabalho se torna mais feminino, e mulheres atuam na produção de aspargos, para empresas estrangeiras cujas terras foram adquiridas a preços ínfimos. A CCP perdeu muitos dirigentes pela repressão desencadeada contra e pelo *Sendero Luminoso*. Além disso, a terra se concentrava a partir das antigas parcelas de cooperativas. Apesar disso, as populações amazônicas acabaram ganhando a titulação comunal de suas terras, embora tais territórios

---

<sup>24</sup> Com relação à tentativa belaundista de desagregar cooperativas, consultar MEJÍA, 1990, p. 54. Sobre lutas pela terra em Puno, consultar RÉMIQUE, José Luiz. *Op. Cit.*, p. 254-257. Quanto ao trabalho feminizado no Chile, consultar INSMAN, 2016, p. 321. No que toca à formação do MST e seu desenvolvimento nos anos 1980, consultar FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 65-73. Quanto à atuação da CONTAG no mesmo período, consultar RICCI, Rudá. **CONTAG: um ator à procura de um texto**. São Paulo: CEDEC, 1990, p. 62-64. Recorde-se que a CONTAG, durante a Constituinte, usou os mesmos argumentos de aumento da produção dos anos 50. Mas a produção já se multiplicara sem reforma agrária e a agricultura continuava a ser o principal carreador de divisas para o país.

ainda sejam assediados pelas petroleiras, madeireiras e mineradoras, como demonstrou o pacote de decretos de Alán Garcia que, em 2007, tentou passar terras comunais a empresas estrangeiras. Estas medidas desencadearam megaprotestos na Amazônia, culminando no massacre de camponeses de Bagua, em 2009, e a consequente reversão parcial da propriedade das terras.

No Brasil, a CONTAG viu o camponês que tinha acesso à terra, mas não ao crédito, como o seu público. Consequências não pensadas do neoliberalismo no Brasil, como a quebra de pequenos cultivadores e o desemprego, levaram milhares de brasileiros a se engajarem nas ocupações realizadas pelo MST e por outras organizações. Tais ocupações, especialmente após os massacres de Corumbiara (Rondônia), em 1995, e de Eldorado dos Carajás (Pará), em 1996, além de sua imensa repercussão internacional, fez com que o governo Fernando Henrique (1995-2002) tenha percebido a necessidade de dinamizar os assentamentos que, no caso amazônico, se tratou de mera regularização de posses, algo importante para uma região marcada por conflitos de terra.

O governo criou um esquema chamado reforma agrária de mercado, pelo qual o Estado financiava associações para comprar terra a fazendeiros, o que para eles foi providencial, já que o preço dos imóveis rurais estava muito baixo, por causa da concorrência com os produtos importados. No ano 2000, o segundo Governo Fernando Henrique promulgou um decreto que comprometia a estratégia de ocupação, pois estabelecia que terras ocupadas por movimentos camponeses não poderiam ser vistoriadas por órgãos estatais para efeitos de desapropriação.

Observe-se ainda, que dois temas unem movimentos dos três países no início do século XXI: gênero e meio ambiente. A crescente presença do trabalho das mulheres fez com que o tema da condição feminina ganhasse dimensão inédita. No Brasil, desde o ano 2000, a CONTAG realiza a marcha das margaridas<sup>25</sup>, no Peru a CCP disponibiliza metade dos cargos para as mulheres e no Chile a defesa da

---

<sup>25</sup> A Marcha das Margaridas é realizada por camponesas brasileiras a cada início de período presidencial. Margaridas refere-se a Margarida Alves, líder camponesa assassinada na Paraíba, em 1983. Levam pautas extensas desde a legalização do aborto até a necessidade de reforma agrária. Cf: AGUIAR, Vilenia Pacheco Porto. **Somos Todas Margaridas: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo.** Campinas: Unicamp, Tese de doutorado, 2015, p. 235-241.

bandeira de melhores condições de trabalho é feita pela *ANAMURI – Asociación Nacional de Mujeres Rurales y Indigenas*.

As questões ambientais também ganham extrema relevância e a ideia de reforma agrária não se associa mais a um aumento indefinido da produção, mas sim a uma produção de alimentos saudáveis, livres de transgênicos e agrotóxicos. As “margaridas” brasileiras lembram que sofrem quando aplicam o agrotóxico e quando lavam a roupa do marido ou dos filhos. No Chile, a ANAMURI pede a saída da multinacional de agronegócio Monsanto. No Peru, as lutas ambientais ganham tons mais dramáticos nos protestos violentos contra mineradoras na serra e contra megaprojetos na selva, como aqueles que, em 2011, bloquearam a construção da Hidrelétrica de Inambari. Se nos anos 1960 a bandeira da reforma agrária pôde ser lida como uma forma de aperfeiçoamento do capitalismo, é possível que atualmente, numa interligação a questões ecológicas, ela possa significar um questionamento radical dos fundamentos do capitalismo, se levarmos em conta a noção de que a transgenia é a propriedade intelectual das sementes, e que o uso de agrotóxico se conecta à ideia de uma produtividade irrefreável. A reconstrução de um consenso acerca da necessidade de uma reforma agrária depende da capacidade que movimentos campesinos tenham de mostrar a outros setores sociais que seu interesse é muito mais amplo e de que não se trata de mero interesse privado – as questões ecológicas são uma boa oportunidade para isso – mas que depende também da recepção que estes setores terão desta mensagem, uma vez que os proprietários são extremamente bem articulados junto aos órgãos de poder.

### **Referências Bibliográficas**

AGUIAR, Vilenia Pacheco Porto. **Somos Todas Margaridas: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo**. Campinas: Unicamp, Tese de doutorado, 2015.

ALONSO, Ângela. **Flores, Votos e Balas**. O Movimento Abolicionista Brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AVENDAGNO, Octavio. **Los Partidos Políticos Frente a la cuestión Agraria em Chile**. Santiago: Lom, 2017.

AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENGOA, José. **Mapuche, Colonos y el Estado nacional**. Santiago: Lom, 2014.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agraria y Revuelta Campesina**. Santiago de Chile: Lom, 2016.

CARRASCO, Tamara- Chimena. **El campesinado entre Frei y Pinochet. Testimonios de la Reforma Agraria en tres momentos: comunitaria, socialista y contrarreformista**. Huelquén, Paine (1967-1976). Santiago: Universidad de Santiago, Tesis de Magister, 2013.

CORRÉA, Martin. **La Reforma Agraria em las Tierras Mapuches (1962-1975)** Santiago: Lom, 2006.

COSTA, Luiz Flavio de Carvalho. **Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1996.

DE GREGORI, Carlos Iván. **Rondas Campesinas y Derrota de Sendero**. Lima: IEP, 1996.

DI LA GALLA, Angel Fernández. La Reforma Agraria no Fracasa, tanpoco lós Campesinos: Lo que Fracasa son lãs Cooperativas. *In*: BONFIGLIO, Geovani (org). **Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias em el Perú**. Chiclaio: Solidaridad, 1985.

ECKERT, Cordula. **Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul**. Itaguaí: UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou Reformas: Alternativas à Crise Política (1961-1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro, Leia Editora, 1969.

LATUADA, Mario. **Política Agraria peronista**. Buenos Aires, Ceal, Tomo 2, 1986.

LOVEMAN, Brian. **The Struggle in the Countryside: Politics and Rural labor in Chile: 1919-1973**. Indiana: University Press, 1976.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Unicamp, 2004.

MAR, José Matos, MEJÍA, José Manuel. **La Reforma Agraria em El Peru**. Lima: IEP, 1980.

MAYER, Enrique. **Cuentos Feos de la Reforma Agrária**. Lima: IEP, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MEJÍA, José Manuel. **La Neoreforma Agraria**. Lima: IEP, 1990.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. São Paulo: USP, tese de doutorado, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução. *In*: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática: Da Democratização de 1945 ao Golpe Civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORENO, Juan René Maureira. **Enfrentar com la Vida a La Muerte: Historia y Memorias de la Violencia y el terrorismo de Estado em Paine**. Santiago: tesis de Licenciatura em história, 2009.

MOURA, Clóvis. **Sociologia Política da guerra Camponesa de Canudos**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MUÑOZ, Alicia. **Entrevista inédita ao autor**. Santiago do Chile, 10 de julho de 2017.

OLIVARES, María Angelica Illanes. **Movimiento en la tierra: Luchas campesinas, resistencia patronal y política social agraria**. Chile, 1927-1947. Santiago: Lom, 2019.

OTERO, Luiz Gamarra. **Um Testemunho Personal**. *In*: BARRANTES, Susana. **A 38 Años de la Reforma Agraria**. Lima: Fundación Herbert Bustamante, 2007.

OVALE, María Angélica, VICUÑA, Angela. **Reforma Agraria Chilena: Testemuños de Sus Protagonistas**. Santiago: Memoriter, 2013.

PECEQUILO, Cristina Soriano. **Política externa dos EUA: Continuidade e Mudança**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PERALTA, José (org). **A Desalambrar: Historia de Mapuches e Chilenos em la Lucha por la Tierra**. Santiago: Lom, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1979.

RÉMIQUE, José Luiz. **La Batalla por Puno: Conflicto y Nación em Los Andes**. Lima: Seps-Sur, 2004.



\_\_\_ . A Revolução peruana. São Paulo, Unesp, 2009.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. De la lucha por la tierra a la protección de la Pachamama: los caminos de la Confederación Campesina del Perú (1947-2016). **Polis**, Santiago do Chile, v.47, p. 142-161, 2017a.

\_\_\_ . Justiça, Resistência e Mobilização: Autodefesa da comunidade nas rondas campesinas peruanas (1976-2012) *In*: SECRETO, Maria Veronica, RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. **Agrarismos: Estudos de História e Sociologia do Mundo Rural Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017b, p. 47-66.

\_\_\_ . Na Selva reina a Lei da Selva: um olhar brasileiro sobre a Amazônia peruana (1821-2009) *In*: ROMANI, Carlos; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno. **Fronteiras e Territorialidades: Miradas Sul-americanas da Amazônia a Patagônia**. São Paulo: Intermeios. v.1, 2019, p. 167-186.

RICCI, Rudá. **CONTAG: um ator à procura de um texto**. São Paulo: CEDEC, 1990.

ROLEMBERG, Denize. **O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SALGADO, Carlos Monge. **Agremiación em el Campo Peruano: Historia de la Confederación Campesina**. Lima: Latin America's Studies Association, 1989.

SILVA, José Gomes. **A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

TAVARES, Ricardo. **CONTAG: da Ditadura à Transição**. Memória Social e Construção Política do Campesinato. Rio de Janeiro: UFRRJ, tese de doutorado, 1992.

TINSMAN, Heidi. **Se compraron el modelo consumo, uva y la dinámica transnacional: Estados Unidos y Chile durante la Guerra Fria**. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2016.

ULLOA, Roberto Santana. **Agricultura Chilena em el Siglo XX. Contextos, Actores, Espacios Agrícolas**. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museós, 2006.

VEIGA, José Eli. **O Que é Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

WELCH, Clifford. **A Semente foi Plantada: As raízes Paulistas do Movimento Sindical Camponês no Brasil (1924-1964)**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WIN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Unesp, 2010.

YANNI, Octávio. **Colonização e Contrarreforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

Recebido: 04/10/2020  
Aprovado: 24/11/2020